

MEMÓRIAS DA SIDERURGIA

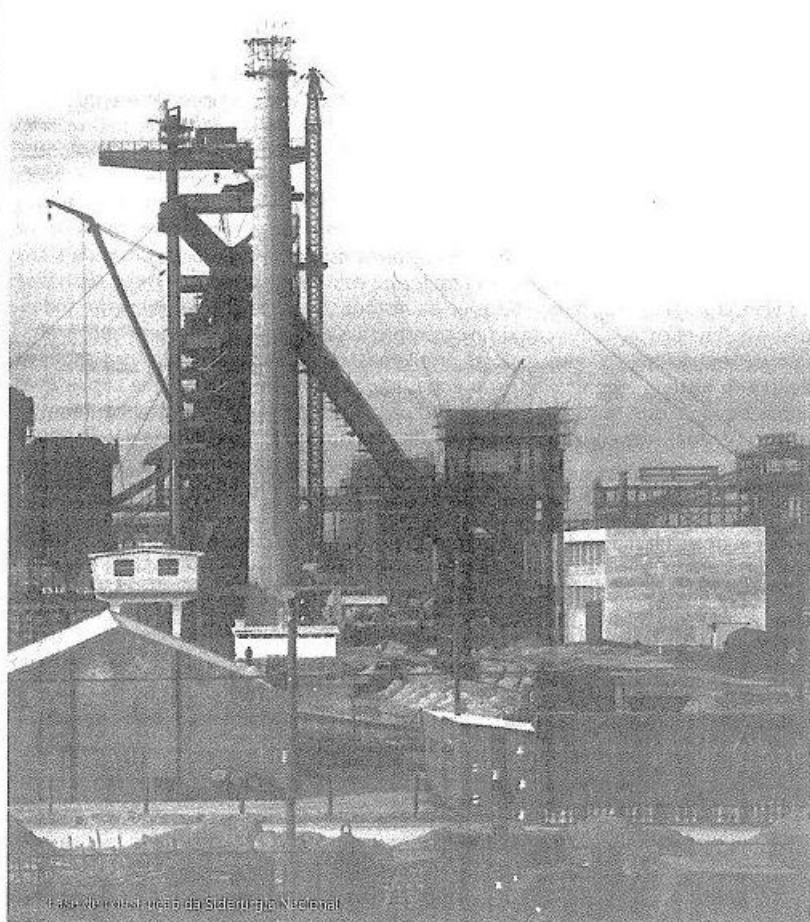


CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA EM PORTUGAL

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA SIDERURGIA NACIONAL

Paulo Guimarães

Ecumuseu municipal do Seixal, CDI, Autor não identificado, ca. 1961



Índice

<i>Palavras de apresentação, Câmara Municipal do Seixal</i>	7
<i>Introdução, por Fernanda Rollo</i>	9
<i>Notas biográficas dos autores</i>	11
<i>Memórias da vontade: da implantação da indústria siderúrgica e do desenvolvimento industrial do país, por Fernanda Rollo</i>	13
<i>Contribuição para a história da Siderurgia Nacional, por Paulo Guimarães</i>	69
<i>A Siderurgia na economia portuguesa: uma perspectiva estatística, por Nuno Valério</i>	111
<i>António Champalimaud, um marechal da indústria e da finança, por Ana Paula Pires</i>	119
<i>A Siderurgia só foi possível como actividade protegida pelo Estado</i> <i>Entrevista ao Dr. José da Silva Lopes, por Fátima Mariano</i>	139
<i>A Siderurgia não acabou</i> <i>Entrevista ao Eng. José Eduardo Ribeiro de Noronha, por Fátima Mariano</i>	145
<i>A Siderurgia foi uma das melhores “Escolas do País”</i> <i>Entrevista ao Eng. Ernâni de Oliveira, por Fátima Mariano</i>	153
<i>Uma reestruturação falhada</i> <i>Entrevista ao Eng. Carlos Raposeira, por Paulo Guimarães</i>	163
<i>Cronologia, Fernanda Rollo</i>	181

70

A história da Siderurgia Nacional, desde a sua constituição como sociedade anónima, em 1954, até à sua privatização parcial, em 1995, transcende largamente o percurso da grande empresa industrial portuguesa que realmente foi, e do grande negócio, devendo igualmente ser perspectivada de acordo com os projectos, concepções e estratégias delineados para o desenvolvimento de Portugal em diferentes momentos, face a um quadro de referência europeu.* Mais do que os problemas imediatos, que resultaram da relação entre a organização industrial, a produção e os mercados, em contextos económicos distintos, foram essas diferentes concepções e estratégias que mais pesaram na vida do empreendimento. O seu ritmo e modo de crescimento foram, nesta medida, resultado de decisões estratégicas que envolveram investimentos avultados, os quais requeriam um enquadramento institucional e normativo que, em vários momentos decisivos, actuou de forma ineficiente e mesmo contraditória. Neste contexto importa realçar o papel desempenhado pelos diferentes governos, antes e depois da nacionalização da empresa, na orientação da sua vida industrial e na criação do seu ambiente económico. Desde as autorizações necessárias à laboração (que permitiram contornar o espartilho imposto pelo condicionamento industrial) até à imprescindível protecção do mercado de produtos siderúrgicos, passando pelo financiamento e pela definição do empreendimento como "indústria-base", o governo desempenhou um papel central desde o início. O mesmo sucederia mais tarde, após a nacionalização, cabendo aos governos definir o calendário duma expansão industrial sempre adiada e de uma modernização tardia, norteadas pela preocupação na viabilidade do empreendimento após a adesão à Comunidade Europeia e na privatização. Em qualquer dos momentos, a acção do Estado esteve longe de servir os interesses industriais e até os do simples negócio, em toda a sua extensão, sendo marcada mais pela timidez ou estreiteza de visão. A carga simbólica da Siderurgia Nacional, marco decisivo na história do nosso desenvolvimento industrial, é assim reforçada pelo conjunto de problemas nacionais que invoca e que acabaram por equacionar os seus maiores problemas, quando considerados nos estreitos limites da história empresarial. Estas linhas não pretendem mais do que explanar as linhas de força que guiaram o percurso dum empreendimento industrial durante as quatro décadas que constituíram o ciclo de vida do alto forno do Seixal (1961-2001). Durante este período, a Siderurgia Nacional atravessou dois regimes políticos, de sociedade anónima passou a empresa pública após a nacionalização, em 1975, e viveu dois paradigmas económicos: o do nacionalismo económico e o da integração europeia. Foi nesta última fase que se preparou a privatização, sendo o seu parque industrial desmembrado para dar lugar a diferentes empresas, agora controladas por capitais "europeus" e cujo ambiente económico fundamental passou a ser regulado pela Comunidade no âmbito da CECA.

UM ARRANQUE DIFÍCIL E TARDIO (1961-1966)

O arranque da produção siderúrgica no Seixal, em Agosto de 1961, seis anos e meio após a concessão do alvará que atribuía à Siderurgia Nacional, S.A.R.L. o exclusivo do estabelecimento e exploração desta indústria por 10 anos, culminou um longo processo marcado por hesitações, divergências entre a vontade do governo e

os interesses privados e dificuldades de vária ordem. Definido o empreendimento como "indústria de base", coube depois à acção do governo o papel determinante no arrastar de decisões fundamentais para o seu futuro. Para tal contribuíram menos os interesses contraditórios, constituídos em torno do "ferro nacional", do que as diferentes concepções sobre o projecto, já que o arranque do empreendimento pretendia marcar um novo rumo para o país, na senda da industrialização. Feito o levantamento dos recursos minerais em carvão, ferro e em castinas no início dos anos '40, a viabilidade da indústria siderúrgica foi considerada como tendo de passar necessariamente pela integração dos recursos nacionais, com todos os problemas de viabilidade económica daí decorrentes.¹ Foi somente em Junho de 1950 que um despacho orientador do Ministério da Economia considerou a indústria siderúrgica a instalar numa estreita lógica de substituição de importações, abrindo, caminho a três candidaturas concorrentes para a produção de gusa e aço, no Porto ou em Matosinhos: a da Companhia de Cimentos Tejo, a da Companhia Portuguesa de Siderurgia e a das Forjas Nacionais, (BDGSI, 76, 507-513; BDGSI, 164, 103). Tais pretensões viriam a ser negadas dois anos depois num processo que daria lugar à constituição da Siderurgia Nacional. À frente do empreendimento ficava José Osório de Rocha e Mello que, ao lado de Henrique Sommer, tinha criado a Fábrica da Maceira 32 anos antes, e que realizara, pouco tempo antes, estudos para o aproveitamento dos fornos Basset, na Companhia Cimento Tejo, em Alhandra, na produção de ferro fundido (Oliveira-1991). Para o industrial que dirigia a Empresa de Cimentos de Leiria, a actividade siderúrgica surgia, na linha de evolução técnica e de mercado da sua actividade intimamente ligada à construção civil. No entanto, a decisão do governo obrigava a nova sociedade a integrar o património e os direitos anteriormente adquiridos pela Companhia Portuguesa de Siderurgia, empresa constituída em 1942 para produzir folha de flandres e que nunca chegou a iniciar qualquer produção (Despacho ministerial de 15-9-1956).² O programa retomava, assim, os projectos industriais herdados da I República: o malogrado projecto de William Scott de 1912, para Alcochete, no Sul, e o de uma electro-siderurgia em Leixões, no Norte (Portugal-1906, Campos-1913, Azevedo-1917, Guimarães-2000).

De acordo com o programa inicial, o projecto a empreender pela Siderurgia Nacional tinha duas fases de execução. A primeira envolvia a construção, em Leixões, de um forno de redução eléctrica com uma produção anual de 30 mil toneladas (mt) e, em Alcochete, de uma aciaria e laminagem para o fabrico de 80 mt de perfis, a partir de gusa produzida no forno eléctrico e da recuperação de sucatas. A segunda fase, planeada para arrancar depois de 1958, dividia-se em duas etapas e envolvia a instalação, na região de Alcochete, de um alto forno a coque para a produção de 200 mt de gusa e, em Leixões, de dois fornos Krupp-Renn com capacidade de 120 mt. Nesta fase, a aciaria e laminagem do sul seriam ampliadas para um fabrico total previsto de 300 mt. Estava-se perante um investimento fabuloso, escalonado em cerca de 5 anos, na ordem dos 2.650 mil contos (mc) a preços de 1956 - cerca de 172 milhões de contos (Mc) actuais (2001) - sendo 691 mc despendidos na primeira fase e 1.959 mc na segunda fase (Cortês-1956).

As divergências entre o Conselho Económico e a sociedade nesta matéria centra-

A Siderurgia Nacional: empresa e projecto industrial durante o ciclo de vida do alto-forno do Seixal (1961-2001)

Paulo Guimarães

A Siderurgia Nacional, entendida como projecto industrial, ocupou um lugar de destaque entre os programas de desenvolvimento industrial arquitectados pelos "industrialistas" no seio do regime salazarista. Pela carga estratégica e simbólica que detinha a produção do aço, o arranque da moderna indústria siderúrgica em Portugal não deixou de ser visto como um virar de página, longamente ansiado, no rumo que o tradicionalismo tinha traçado à vida económica portuguesa. A dúvida, a timidez e o cepticismo quanto à capacidade de o país produzir ferro em qualidade e níveis de preços equiparáveis aos dos países europeus – espaço económico onde Portugal nunca deixou de se integrar – constituíam o pano de fundo de um debate "técnico" sobre os modos, os meios e, até, sobre a (im)pertinência de tais projectos no chamado país dos 3 FFF (Fado, Futebol e Fátima) e que se conformara com a sua pequenez, pobreza e atraso.

Era evidente que o lançamento de qualquer projecto siderúrgico colocaria necessariamente o problema da sua competitividade face às grandes siderurgias europeias, já que estas operavam a uma escala muito superior, tinham equipamentos em fase adiantada de amortização e beneficiavam de energia mais barata. Com a corrida às siderurgias realizada pelos novos países emergentes do segundo conflito mundial do século XX, os mercados internacionais ultrapassaram o ambiente de relativa penúria no período da reconstrução europeia, para passarem, a partir de meados dos anos 50, a uma situação de salvação em que os preços internacionais se situaram frequentemente abaixo dos preços internos dos principais países produtores. Neste contexto, o arranque e desenvolvimento de um projecto industrial deste tipo, exigindo uma escala de investimento extraordinário para o país e um risco elevado, passaria necessariamente por um quadro jurídico-institucional de favor e protecção. Internamente, o espantilho jurídico imposto à indústria com o Condicionamento Industrial e o enquadramento corporativo das relações entre sectores e empresas exigiam, por parte do governo, decisões fundamentais. Entre o início dos anos 40, altura em que no interior do regime autoritário se considerou necessário o estabelecimento de uma indústria siderúrgica *com base na exploração dos recursos mineiros nacionais*, e o início de laboração do alto-forno do Seixal, três décadas de estudos, projectos e debates de natureza "técnica" tiveram lugar (Guimarães, 1995 e 2000). Tal adiamento hipotecou as oportunidades de expansão que a guerra e, sobretudo, os anos da reconstrução europeia poderiam ter criado a uma jovem indústria.

17-300

Seja como for, foi no quadro de uma concepção autárquica que esse programa se colocou, assumindo o governo um papel fundamental em decisões estratégicas, as quais afectaram não só a escolha dos protagonistas que se candidataram, como condicionaram a evolução do empreendimento a médio prazo. Assim, foi constituída a Siderurgia Nacional como sociedade anónima em 1954 para levar por diante tal programa, sendo-lhe atribuído por alvará, sucessivamente renovado, "o exclusivo do estabelecimento e exploração desta indústria por 10 anos".

Ao contrário de projectos anteriores, que datavam dos finais de Oitocentos, e que a produção de ferro se destinava a lançar as bases da renovação da marinha mercante e de guerra, considerada base essencial para o relançamento da competitividade externa da economia portuguesa, este programa visava tão-somente substituir consumos crescentes de folha-de-fiandres e vigas de ferro para a construção civil e obras públicas com base nos recursos nacionais (Azevedo, 1917). Percebe-se assim que, enterrado aquele projecto que atravessara a Primeira República (e até a sua memória!), no qual a Itália servira de guia e modelo inspirador, surgiu agora à sua frente, volvido meio século, um grupo cimenteiro com provas dadas de capacidade de realização, o qual acabaria por integrar, por imposição governamental, os interesses anteriormente constituídos pela Companhia Portuguesa de Siderurgia nos quais estavam representadas empresas conserveiras aliadas a capitais franceses (Despacho ministerial de 15/9/1956). À frente do empreendimento ficava, assim, José Osório de Rocha e Mello que, ao lado de Henrique Sommer, tinha criado a Fábrica da Maceira, 32 anos antes, e que realizara pouco tempo antes estudos para o aproveitamento dos fornos Basset, na Companhia de Cimentos Tejo, em Alhandra, na produção de ferro fundido (Oliveira, 1991). Para o industrial que dirigia a Empresa de Cimentos de Leiria, a actividade siderúrgica surgia, assim, na linha de evolução técnica e de mercado da sua actividade intimamente ligada à construção civil. Foi com o objectivo de produzir ferro pela via integrada por processos completamente comprovados e que conduziam ao menor custos de aço em todo o mundo que o projecto instalado no Seixal foi pensado.

Um arranque difícil e tardio (1956-1962): o papel do governo

De acordo com o programa inicial, o projecto a empreender pela Siderurgia Nacional tinha duas fases de execução. A primeira envolvia a construção, em Leixões, de um forno de redução eléctrica com uma produção anual de 30 mil toneladas (mt) e, em Alcochete, de uma aciaria e laminagem para o fabrico de 80 mt de perfis a partir de gusa produzida no forno eléctrico e da recuperação de sucatas. A segunda fase, planeada para arrancar depois de 1958, dividia-se em duas etapas e envolvia a instalação, na região de Alcochete, de um alto-forno a coque para a produção de 200 mt de gusa e, em Leixões, de dois fornos Krupp-Renn com capacidade de 120 mt. Nesta fase, a aciaria e laminagem do Sul seriam ampliadas para um fabrico total previsto de 300 mt. Estava-se perante um investimento fabuloso, escalonado em cerca de 5 anos, na ordem dos 2650 mil contos (mc) a preços de 1956 - cerca de 172 milhões de contos (Mc) actuais (2001) - sendo 691 mc despendidos na primeira fase e 1959 mc na segunda fase (Cortês, 1956).

As divergências entre o Conselho Económico do governo e o grupo accionista arrastaram a execução do projecto. Enquanto o governo dava prioridade à solução autárquica, a qual apontava para a instalação das unidades alimentadas a electricidade antes do alto-forno, a opção preferida pelos capitalistas vinha agravar as despesas públicas com a importação de coque. Em causa